

## Ata da primeira reunião da Câmara Técnica de Economia e Inovação-CTEI

1  
2 Às dez horas e cinquenta minutos (10:50) do dia primeiro de setembro de dois mil e dezesseis  
3 (01/09/2016) deu-se início na Cidade Administrativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte, a  
4 primeira reunião da Câmara Técnica de Economia e Inovação do Comitê Interfederativo (CIF)  
5 que visa à recuperação, mitigação, remediação e reparação dos danos causados pelo  
6 rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG. A reunião se iniciou com a  
7 apresentação da diretora-presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas  
8 Gerais (INDI), Cristiane Serpa, dando boas-vindas aos representantes dos órgãos que  
9 compareceram. Foi informado aos participantes que a reunião estava sendo gravada. A  
10 Presidente do INDI abordou sobre a atuação da Agência de Promoção de Investimentos desde  
11 o início da Força-Tarefa para auxílio à região de Mariana. O analista Henrique Tavares do INDI  
12 convidou todos a participarem do Fórum Minas e Mineração no século XXI a ser realizado no  
13 dia 14 de setembro de 2016 em Belo Horizonte. Cada participante se apresentou e a rodada de  
14 apresentações começou com Nelson Araújo e Franklin Gonçalves da Companhia Energética de  
15 Minas Gerais (CEMIG), Rubens Brito do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG),  
16 Guilherme Silva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Maria  
17 Albanita Roberta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que lembra  
18 aos presentes que não se esqueçam do estado do Espírito Santo, apesar de não terem enviado  
19 representantes à reunião. Paulo Beirão e Caio Werneck da Fundação de Amparo à Pesquisa do  
20 Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Raoni Bonato da Secretaria de Estado de Cidades e de  
21 Integração Regional (SECIR), Danilo Vieira da Fundação João Pinheiro (FJP), Leonardo Kalil e  
22 Amarildo Kalil da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas  
23 Gerais (SEAPA), que informou que encontra-se em fase de elaboração o Zoneamento  
24 Ambiental e Produtivo da região atingida pela barragem. Ênio Pereira que é o titular da  
25 Prefeitura de Mariana, que relata grande impacto na arrecadação do município e aumento do  
26 desemprego. Israel Quirino, suplente do prefeito de Mariana que informa que o município  
27 está à beira do colapso social e administrativo. Marcela Cota, que é secretária de  
28 Desenvolvimento Rural de Mariana e solicita a colaboração de órgãos para o município, além  
29 de alternativas de curto prazo para solução dos problemas da região. Rossana Lombardi,  
30 advogada do INDI, Carolina de Paula da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais  
31 (SETUR), Davyson Barbosa, analista do INDI, Emanuel Oliveira da Secretaria de Estado de  
32 Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE) que tenta promover a intermediação para  
33 melhoramento da mão-de-obra da região e Rodrigo Guimarães do Ministério do  
34 Desenvolvimento Agrário (MDA). Maria Albanita do MAPA solicita que Rodrigo resgate estudos  
35 do MDA referentes aos produtores da agricultura da região atingida pela barragem que se  
36 rompeu. Henrique Tavares do INDI se apresenta como coordenador geral da Câmara Técnica  
37 de Economia e Inovação. Marcelo Nassif, diretor da Companhia de Desenvolvimento  
38 Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), que informa que a Companhia poderia auxiliar a  
39 prefeitura a viabilizar a construção de um distrito agroindustrial. O diretor sugeriu também  
40 que se avaliasse a possibilidade de construção de hidrovias no modelo já existente no Rio Tietê  
41 e Paraná incluindo a geração de energia elétrica. Marcelo Melo da CEMIG que informa que à  
42 montante de Candonga existem 19 barramentos e que a CEMIG está empenhada em evitar  
43 que novos acidentes ocorram naquelas e outras regiões. A presidente Cristiane Serpa do INDI  
44 comunica que convidou os representantes do Espírito Santo, mas ainda não houve  
45 manifestação formal de autoridades daquele estado. A presidente Cristiane Serpa propõe que  
46 seja estabelecido um cronograma de reuniões e apresenta as propostas de programas a serem  
47 desenvolvidos pela Fundação criada pela Samarco para apresentar soluções para as regiões  
48 atingidas pelo rompimento da barragem. Informa que a apresentação dos *slides* será enviada

49 para os *e-mails* dos participantes. Danilo Vieira da FJP propõe que sejam feitas reuniões entre  
50 as datas propostas para que possa haver outros momentos de discussão. Maria Albanita do  
51 MAPA informa que para o pessoal de Brasília fica inviável participar de muitas reuniões e  
52 sugere a utilização de comunicação por *e-mail* ou teleconferência. Amarildo Kalil da SEAPA  
53 sugere que sejam criados grupos de trabalho para resolverem questões pontuais que podem  
54 surgir no âmbito da Câmara Técnica. Caio Werneck da FAPEMIG sugere que a criação de  
55 grupos de trabalho desde o início pode parecer precipitado. Maria Albanita esclarece que os  
56 grupos de trabalho serão criados caso seja necessário. As próximas reuniões previstas  
57 ocorrerão nos dias seis (6) de outubro, dez (10) de novembro e sete (7) de dezembro de 2016  
58 no município de Belo Horizonte. Raoni Bonato da SECIR informa que no âmbito da Câmara de  
59 Infraestrutura foi relatada a preocupação dos municípios da região de que as obras que estão  
60 sendo executadas não estariam privilegiando a contratação de mão-de-obra local, conforme  
61 previsto no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC). Maria Albanita informa  
62 que deveremos especificar as demandas para que não ocorram dúvidas em relação ao que a  
63 Câmara poderá solicitar. Raoni Bonato informa que a Samarco apresentou anteriormente  
64 dados sobre a contratação de mão de obra local e questiona se a atualização destes dados e  
65 encaminhamento para verificação pelos municípios seria conduzida pela CT de Economia ou se  
66 a CT Infra poderia realizar este encaminhamento. A presidente Cristiane Serpa informa que a  
67 SECIR poderá conduzir a solicitação e encaminhamento destes dados. Maria Albanita solicita  
68 informações específicas dos atingidos da região para que possa ser formulada a atuação da  
69 Câmara. A presidente Cristiane Serpa informa que solicitará a elaboração dos dados para os  
70 órgãos que forem competentes em cada assunto a ser tratado. Danilo Vieira avisa que a FJP já  
71 se encontra em fase de elaboração de dados que permitem conhecer melhor a região atingida  
72 pela barragem. De acordo com Danilo Vieira, a pesquisa ainda precisa ser melhorada e chegar  
73 ao nível de microdados para que permita uma atuação detalhada, para que não ocorra o risco  
74 de apresentar projetos que não reflitam a realidade da região. Amarildo Kalil pergunta sobre a  
75 previsão de execução dos programas propostos, Cristiane Serpa informa que existe uma  
76 previsão de execução de cronograma dos programas no âmbito da Fundação que foi criada  
77 pela Samarco. Raoni Bonato da SECIR informa que, segundo o TTAC, a Fundação teria 60 dias  
78 para apresentar os cronogramas e o planejamento inicial de cada um dos programas. Maria  
79 Albanita informa que esse cronograma é fundamental para as ações da Câmara Técnica. Ênio  
80 Pereira da Prefeitura de Mariana adverte que os projetos de infraestrutura não estão  
81 priorizando a contratação de mão-de-obra local para realizar a reconstrução e solicita  
82 informações sobre como se dará o acesso ao Fundo de recuperação da região atingida. A  
83 presidente Cristiane Serpa do INDI informa que o fluxo de propostas será enviado à Câmara  
84 Técnica, que por sua vez encaminhará notas técnicas ao Comitê Interfederativo, que fará o  
85 encaminhamento à Fundação para que realize a execução dos programas. Maria Albanita  
86 complementa que os projetos deverão ser encaminhados à Fundação criada pela Samarco. Na  
87 Câmara Técnica não passarão projetos para serem aprovados, o que serão analisados serão os  
88 cronogramas e a Câmara avaliará se os cronogramas estão sendo cumpridos. Raoni Bonato  
89 informa que, conforme consta no TTAC, a instância deliberativa sobre a execução do acordo é  
90 o CIF, cabendo à Câmara Técnica avaliar as ações que estão sendo executadas no seu escopo  
91 de atuação e encaminhar suas considerações ao CIF para deliberação. Franklin Gonçalves da  
92 CEMIG questiona que deveria haver um ressarcimento dos gastos públicos e que, como a  
93 CEMIG não é uma empresa totalmente pública e tem que prestar contas aos acionistas,  
94 gostaria de esclarecimentos para enquadrar a situação da empresa. Cristiane Serpa informa  
95 que na última etapa haveria um ressarcimento dos gastos públicos de acordo com o Termo de  
96 Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC). Maria Albanita informa que deverá haver

97 uma estratégia individual para que não transpareça que houve maior preocupação com gasto  
98 público do que com a recuperação da região atingida. Cristiane Serpa informa que o TTAC será  
99 enviado para todos os membros da reunião e relembra os termos de competência das  
100 Câmaras Técnicas e frisa que a Câmara deverá monitorar, fiscalizar e avaliar se os programas  
101 serão executados. Rubens Brito do BDMG questiona se a Câmara tem competência para  
102 acompanhar os programas, Cristiane Serpa informa que caso não seja identificada  
103 competência necessária poderão ser convidados especialistas em programas específicos. Paulo  
104 Beirão informa que já existem pesquisas sobre os problemas da região atingida e que deverão  
105 ser consideradas para os trabalhos da Câmara Técnica. Leonardo Kalil informa que estão  
106 ocorrendo reuniões que visam indenizar os municípios atingidos. Raoni Bonato informa que o  
107 TTAC prevê que o ressarcimento dos gastos públicos será o último programa a ser realizado.  
108 Raoni Bonato sugere também, no sentido do que foi informado por Paulo Beirão, que seja  
109 feito um documento consolidado das iniciativas e estudos existentes em cada um dos órgãos  
110 participantes da CT relacionados à região do evento. Cristiane Serpa informa que na próxima  
111 reunião do dia seis (6) de outubro deverá ser solicitado o cronograma de execução dos  
112 programas e Henrique Tavares prevê a possibilidade de convocação da Fundação para  
113 esclarecimentos. Maria Albanita informa que a Câmara não pode convocar a Fundação e  
114 deveria ser convocada a empresa Samarco para prestação dos esclarecimentos necessários.  
115 Henrique Tavares entendeu que a interlocução seria entre o Comitê Interfederativo e a  
116 Fundação e que poderia ser feita a interlocução também pela Câmara, mas acredita que essa  
117 questão deverá ser esclarecida na próxima reunião do Comitê Interfederativo. Guilherme Silva  
118 gostaria de saber mais detalhes dos programas, mas Henrique Tavares informa que não existe  
119 detalhamento de cronogramas no TTAC e que essa questão deverá ser vista com a Fundação  
120 criada pela Samarco. Franklin Gonçalves da CEMIG informa que alguns programas deverão ser  
121 indenizados e que deveria haver um momento para essa reflexão. Maria Albanita informa que  
122 existe um programa de indenização e que está sendo tratado em outra Câmara Técnica  
123 específica sobre o assunto. Maria Albanita solicita que as pessoas leiam o TTAC para que não  
124 ocorram deliberações equivocadas no âmbito da Câmara Técnica e que deveriam ser  
125 resolvidas pelo Comitê Interfederativo. Cristiane Serpa encaminhará ao CIF o questionamento  
126 da possibilidade da Câmara Técnica fazer a interlocução direta com a Fundação. Caio Werneck  
127 da FAPEMIG lembra que as Câmaras Técnicas são órgãos consultivos e informa que podem  
128 fazer interlocução com a Fundação. Leonardo Kalil da SEAPA solicita um fluxo de tramitação de  
129 documentos. Henrique Tavares do INDI informa que na próxima reunião apresentará uma  
130 proposta de fluxo de tramitação de documentos. Também encaminhará a todos os  
131 participantes um *link* eletrônico onde poderão ser consultados todos os documentos ligados  
132 aos trabalhos da Câmara Técnica. Cristiane Serpa relembra que haverá uma consulta formal ao  
133 CIF para saber se a Câmara Técnica poderá fazer interlocução direta com a Fundação. Israel  
134 Quirino da Prefeitura de Mariana gostaria de estabelecer quais são os programas prioritários e  
135 sugere que o programa de recuperação da economia local seja o prioritário. Paulo Beirão avisa  
136 que programas podem ocorrer em paralelo e concorda que o programa de recuperação da  
137 economia deve ser prioritário. Esclarece que algumas soluções que podem parecer mais  
138 rápidas poderão ser inadequadas e que deveriam ser consideradas também soluções de longo  
139 prazo para a região. Danilo Vieira da FJP reitera a fala de Paulo Beirão e arrisca a dizer que um  
140 programa de curto prazo não poderá recuperar a arrecadação municipal e sugere que seja  
141 feito um censo populacional da região atingida. Raoni Bonato reforça que sejam apresentados  
142 pelos participantes da CT estudos já feitos sobre a região e afirma que os programas que são  
143 escopo da CT Economia e Inovação não são concorrentes, devendo acontecer paralelamente e  
144 respeitando o cronograma previsto no TTAC. Cristiane Serpa informa que os programas ainda

145 não foram apresentados e que podem esperar um pouco mais para que sejam elencados os  
146 programas prioritários. Ênio Pereira da Prefeitura de Mariana informa que houve queda de  
147 arrecadação do município e de outros da região, pois dependem muito da mineração e que  
148 esta questão deverá ser considerada, pois as minas de minério estão apresentando sinais de  
149 esgotamento. A queda da arrecadação vem se acentuando e é preciso diversificar a economia  
150 da região. Cristiane Serpa propõe encaminhar a ata e as notas técnicas para todos os  
151 participantes e solicita uma manifestação até segunda-feira, dia cinco (05) de setembro para  
152 que os documentos sejam enviados ao Comitê Interfederativo. Maria Albanita informa que  
153 existe um levantamento das informações da região e que houve um prazo até março para  
154 elaboração do perfil dos atingidos pela Samarco. E caso seja solicitado, o Censo deverá ser  
155 analisado, pois talvez não haja tempo hábil para execução dos programas. Danilo Vieira volta à  
156 orientação sugerida por Paulo Beirão e informa que a Força-Tarefa para recuperação de  
157 Mariana, que recomendou levantamento das informações da população atingida e da  
158 característica regional para avaliar projetos como a construção de hidrovias na região,  
159 conforme cogitado pelo diretor Marcelo Nassif da CODEMIG. Danilo Vieira acredita que a  
160 Câmara Técnica deveria insistir no levantamento de informações detalhadas. Ênio Pereira da  
161 Prefeitura de Mariana informa que deveria ser feita a análise do potencial econômico da  
162 região de Mariana e que essa demanda poderia ser encaminhada para a FJP. Maria Albanita  
163 esclarece que o Governo Federal tem sido cobrado sobre ações na região e que recebe críticas,  
164 pois ainda se encontra na fase de diagnóstico da situação quando se está prestes a completar  
165 um ano desde o dia do acidente. Caio Werneck da FAPEMIG lembra que as informações ainda  
166 são dispersas e não temos muita clareza de como as informações relativas aos programas  
167 deverão ser publicadas e chegar ao conhecimento do público e sugere que seja criado material  
168 sobre o trabalho da Câmara Técnica e CIF. Danilo Vieira informa que devemos antecipar as  
169 ações e o CIF deverá receber os programas em 30 dias, que alguns estudos como o de um  
170 Censo não é possível de ser feito em tão pouco tempo e que os membros da Câmara devem  
171 estar preparados para avaliar os programas. Henrique Tavares lembra da obrigatoriedade da  
172 Fundação apresentar o planejamento dos programas propostos e solicita uma fundamentação  
173 com citação de fontes de todos os programas. Maria Albanita solicita que os presentes se  
174 atentem que a Fundação vai sempre se basear no que está escrito no TTAC e que algumas  
175 demandas não poderão ser solicitadas nesse momento. Cristiane Serpa informa que não é  
176 competência dessa Câmara fazer políticas públicas e que estamos diante de um cenário de três  
177 anos para execução desses programas, mas os prazos podem ser alongados em outro cenário,  
178 então sugere que os representantes encaminhem solicitações para a Câmara Técnica e que  
179 poderão ser propostas outras ações em outros momentos. A reunião terminou por volta das  
180 treze horas e quarenta minutos (13:40). Por ser verdade, lavro e atesto como verídico o  
181 conteúdo desta ata escrita por Davyson Demmer Guimarães Barbosa, analista do INDI.  
182 Participaram da reunião os seguintes representantes:

183 Amarildo Kalil (SEAPA)  
184 Caio Werneck (FAPEMIG)  
185 Carolina de Paula (SETUR)  
186 Cristiane Amaral Serpa (INDI)  
187 Danilo Jorge Vieira (FJP)  
188 Davyson D. G. Barbosa (INDI)  
189 Emanuel Camilo de Oliveira Marra (SEDESE)  
190 Ênio Pontes Pereira (Prefeitura de Mariana)  
191 Franklin Moreira Gonçalves (CEMIG)  
192 Guilherme Carvalho da Silva (MDS)

- 193 Henrique Tavares (INDI)
- 194 Israel Quirino (Prefeitura de Mariana)
- 195 Leonardo Kalil (SEAPA)
- 196 Marcela Cota de Souza (Prefeitura de Mariana)
- 197 Marcelo de Deus Melo (CEMIG)
- 198 Marcelo Nassif (CODEMIG)
- 199 Maria Albanita Roberta de Lima (MAPA)
- 200 Nelson Benício Araújo (CEMIG)
- 201 Paulo Beirão (FAPEMIG)
- 202 Raoni Bonato (SECIR)
- 203 Rodrigo Afonso Guimarães (MDA)
- 204 Rossana Lombardi (INDI)
- 205 Rubens José Amaral de Brito (BDMG)